

ARTIGO

Educação à Distância na UERJ

AUTORES

Hilda Maria Montes Ribeiro de Souza

Doutora em Saúde Pública ENSP/FIOCRUZ. Professora Adjunto da Faculdade de Odontologia (FO/UERJ). Assessora Centro Biomédico da Uerj.

Patricia Seefelder de Assis

Doutora em Informática pela PUC/RJ. Responsável pela área de EAD do Instituto Politécnico (IPRJ/UERJ).

Celly Cristina Alves do Nascimento Saba

Doutora em Ciências Biológicas pela UFRJ; Instituto de Biologia (IBRAG/UERJ); Coordenadora da COPEI/SRI/UERJ.

Fátima Kzam Damasceno de Lacerda

Doutora em Meio Ambiente pela UERJ; Instituto de Química (IQ/UERJ), CEDEJ.

Lígia Silva Leite

Doutora em Educação pela Temple University / USA. Faculdade de Educação (FE/ UERJ).

Marinilza Bruno de Carvalho

Doutora em Educação pela UFRJ. Professora Adjunto do Instituto de Matemática (IME/UERJ); Coordenadora da CATED.

O trabalho foi totalmente desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e todos os autores estão cientes da cessão de direitos.

INTRODUÇÃO

O século XX impôs ao Brasil e ao mundo grandes desafios que se estendem a este século e trazem, como uma das principais características, o permanente estado de inovação em todas as áreas de atividade humana. Junto a este processo de mudanças intensas e constantes, pode ser identificado um forte eixo, considerado essencial para o desenvolvimento do país: a Educação. Para que o Brasil possa continuar acompanhando este processo, existe a necessidade do estabelecimento de estratégias capazes de mantê-lo atento e em constante atividade nos diferentes níveis de ensino.

Dentre as ações propostas pelo governo brasileiro, podemos citar o Plano Nacional de Educação (PNE) que deve vigorar de 2011 a 2020; o projeto foi enviado pelo governo federal em 15 de dezembro de 2010 e está tramitando desde então. O último plano terminou em 2010 e atualmente não existe nenhum em vigor. Nele podemos encontrar um profundo diagnóstico da Educação Superior do país. Atualmente, cerca de 1,5 milhões de jovens egressos do nível médio têm à sua disposição um número razoável de vagas, mas vários fatores, como as diferenças demográficas, as exigências do mercado de trabalho e as melhorias no próprio ensino médio estão contribuindo para um aumento acelerado de demanda pelo Ensino Superior. Esta afirmativa pode ser comprovada ao verificarmos que o crescimento de 9%, atingido em toda a década de 80, foi o mesmo observado somente no ano de 1998. Neste ano, o número de alunos matriculados saltou para 2 milhões e 125 mil, enquanto que, no ano anterior, este número correspondia a 1 milhão e 945 mil, de acordo com os dados do MEC.

A proposta do PNE, que foi encaminhada, apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização, que deverão ser alcançadas pelo país no prazo de 20 anos. Dentre elas, podemos encontrar duas metas que tratam diretamente da educação superior: Meta 12, que pretende elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50%

e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e Meta 13, que propõe elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de Educação Superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores (<http://www.todospelaeducacao.org.br>).

Mesmo com o crescimento da oferta e do ingresso observado nestes últimos anos, se analisarmos a situação dos países da América Latina, perceberemos que o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à Educação Superior, tendo um percentual de menos de 12% da população entre 18 e 24 anos matriculada neste nível de ensino. Este percentual é maior em países vizinhos como a Venezuela, com 26% e Chile e Bolívia, ambos com 20,6%, para a mesma faixa etária. Como superar este déficit? A primeira constatação é de que, em um país de dimensões continentais como o nosso e no contexto atual, o oferecimento do Ensino Superior deve se dar de maneira diversificada para atender às diferentes demandas.

Retomando as metas e objetivos do PNE, podemos observar que este propõe uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País, estabelecendo um amplo sistema interativo de Educação à Distância (EAD), utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, em seu Art. 1º, caracteriza a EAD como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”¹. A EAD precisa ser vista de uma maneira mais ampliada e ter alguns conceitos fundamentais repensados. Segundo Souza e Menezes (2010), conceitos como distância e presença, tempo e espaço, precisam ser revisitados. A distância

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm

precisa ser vista apenas como uma separação espacial e temporal, uma vez que professores e estudantes aproximam-se através das tecnologias de comunicação interativas, possibilitando que a interação e interlocução aconteçam de forma determinante entre todos os envolvidos no processo. Essa modalidade de ensino pode e deve incorporar todas as possibilidades que as tecnologias de comunicação possam propiciar, seja por meio de correspondência, transmissão radiofônica e televisiva, programas de computador, internet, seja por meio dos recentes processos de utilização conjugada dos meios como a telemática e a multimídia (PNE).

A importância da EAD como fator transformador do processo educacional do país pode ser constatada quando observamos que, em 2001, tínhamos 5.359 alunos matriculados nesta modalidade e chegamos a 930.179, no ano de 2010. Mas a questão geográfica ainda continua sendo uma questão preocupante, principalmente quando analisamos a relação candidato-vaga por região: norte — 5,9; nordeste — 1,1; sudeste — 0,3; sul — 0,6 e centro-oeste — 0,4 (MEC/ INEP).

Se compararmos o número de matrículas por modalidade de ensino, observaremos, para a modalidade presencial, um percentual de 17,0 % nas licenciaturas e de 72,6% no bacharelado. Este quadro se inverte na modalidade à distância, onde se vê um percentual de 28,8% no bacharelado e de 45,8% na licenciatura.

A capacidade inclusiva da EAD pode ser comprovada quando se analisa a idade média dos alunos nos cursos de graduação por modalidade de ensino. A idade média do aluno à distância é de 32 a 33 anos, enquanto que a do presencial é 24 a 26.(MEC/INEP)

Segundo Moran (2007), uma das vantagens da EAD é a flexibilidade do tempo trazida pela internet, o que pressupõe um aluno maduro, auto-suficiente e automotivado. O grande desafio desta modalidade é a disciplina. Outros fatores podem ser apontados como determinantes para o crescimento da modalidade: 1- a valorização do auto-estudo, da aprendizagem dirigida; profes-

sor não precisa concentrar toda sua energia em transmitir a informação; 2- o entendimento de que o modelo pode ser diferente do tradicional, no qual um professor atende apenas um pequeno grupo de alunos: a sua turma. É um desperdício ter um excelente professor para apenas poucos alunos; 3- a reafirmação do conceito de que o foco principal deve ser mais a aprendizagem do que o ensino; 4- o tempo do professor é usado mais para acompanhar, gerenciar, supervisionar e avaliar do que para “transmitir” conhecimento e 5- o impacto positivo observado na modalidade presencial.

É preciso destacar também que a EAD pode utilizar diferentes propostas pedagógicas, variando desde cursos totalmente à distância, nos quais alunos e professores permanecem separados fisicamente uns dos outros durante sua integralização, até cursos semipresenciais, nos quais alunos e professores têm algum tipo de contato físico para a realização das atividades pedagógicas. As portarias do MEC n.º 2253, de 18 de outubro de 2001 e a n.º 4.059, de 10 de dezembro de 2004, caracterizam a modalidade semipresencial “como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota” e ainda estabelecem que, nos cursos presenciais, disciplinas “poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso”.

Devido à importância do tema, este capítulo pretende descrever os caminhos percorridos pela EAD na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É com este objetivo que serão apresentados: um breve relato histórico; os pressupostos básicos para a implantação da EAD e as experiências dos cursos de graduação oferecidos na modalidade semipresencial pela Universidade.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UERJ: HISTÓRICO

As iniciativas em EAD na UERJ são diversas e começaram já na década de 70, com algumas atividades ligadas ao Centro de Tecnologia Educacional (CTE)².

Na década de 80, a proposta de criação de um laboratório de pesquisas em Informática em Medicina e Saúde, parte de um convênio assinado entre a UERJ e a IBM Brasil, foi o embrião do Laboratório Médico de Pesquisas Avançadas (Lampada)³, que desenvolve atividades de EAD ligadas à disciplina de Informática Médica. O Projeto de Educação Continuada e à Distância em Medicina e Saúde (1996) é considerado um marco dentro do desenvolvimento histórico da EAD no Brasil (THEES, 2010).

Em 1999, a UERJ, já preocupada em discutir entre seus pares o crescimento da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e seus desdobramentos para a consolidação da EAD, realizou o “1º Seminário de Educação à Distância: experiências universitárias”, em que reuniu pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) para relatar suas experiências, com o objetivo de “aproximar a UERJ das principais experiências de educação à distância, tendo em vista os futuros empreendimentos a serem desenvolvidos nas unidades acadêmicas na universidade, com o propósito de conhecer, desde as primeiras manifestações até o debate político-pedagógico que envolve o momento atual.” (ESTEVES e OLIVEIRA, 2001, p. 15).

A UERJ participou ativamente das discussões para a criação do Consórcio Cederj⁴ (1999/2000), projeto idealizado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia que reúne as seis universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do

2 www.cte.uerj.br.

3 www.lampada.uerj.br.

4 www.cederj.edu.br

Estado do Rio de Janeiro (Unirio) – e, mais recentemente, também o CEFET-RJ, com o objetivo de ampliar o acesso ao Ensino Superior público através do oferecimento de cursos de graduação à distância em municípios afastados dos grandes centros. O aluno ingressa por vestibular realizado pelo Cederj e é regularmente matriculado em uma das universidades públicas consorciadas. Ao se formar, recebe o mesmo diploma dos alunos dos cursos presenciais dessa universidade. A integração formal da UERJ ao Consórcio Cederj se deu no ano de 2000. Atualmente, participa como uma das universidades responsáveis pelos cursos de graduação de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Ciências Biológicas e das disciplinas didático-pedagógicas dos demais cursos de graduação oferecidos pelo Consórcio.

A criação da Câmara Técnica de Educação à Distância (Cated) da UERJ, oficializada em maio de 2000, se confunde com a própria participação da universidade no Consórcio Cederj. Os membros das comissões específicas de estratégias, tecnologia, material didático e infraestrutura, que atuaram nas discussões e na criação dos acordos e convênios do Consórcio, integraram a composição da primeira Câmara Técnica, formada por representantes indicados por cada sub-reitoria (graduação, pós-graduação e extensão) e por dois representantes de cada centro setorial escolhidos pelos diretores das unidades acadêmicas.

A Cated foi criada para promover e institucionalizar a EAD como estratégia inovadora de interiorização da UERJ e de integração dos seus campi, cursos e disciplinas, com apoio remoto da tecnologia, considerando que as ações em EAD sejam voltadas não só para a graduação, mas também para a pós-graduação e extensão, nas várias áreas do conhecimento.

Para apoiar os programas e atividades de EAD das unidades acadêmicas, foi criado um laboratório de material didático: o Laboratório de Tecnologias de Informação e Comunicação (Latic)⁵, inicialmente denominado Laboratório de Educação à Distância (Lead). Sua missão é desenvolver e gerenciar plataformas

5 <http://www.latic.uerj.br>.

tecnológicas que garantam o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) a ser utilizado como apoio às atividades presenciais e/ou à distância. O Latic fomenta a utilização das TICs, especialmente nos cursos de graduação, fornecendo suporte tanto tecnológico quanto metodológico aos professores e unidades acadêmicas. Assim, destaca-se por se constituir em um espaço destinado à formação permanente dos servidores da UERJ.

Em 7 de maio de 2008, a UERJ aderiu ao projeto nacional de institucionalização da EAD, incorporando-se ao Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁶. Este sistema, integrado por universidades públicas de todo o Brasil, oferece cursos de nível superior, por meio da metodologia da EAD, facilitando o acesso da população, especialmente de professores e demais profissionais da educação básica, à formação universitária. A participação da UERJ na UAB possibilita o oferecimento de novos cursos de graduação, pós-graduação e extensão na modalidade à distância, ampliando ainda mais a atuação da universidade nesse campo.

Na área de Educação e Atenção à Saúde, o Laboratório de Telessaúde da UERJ⁷, inaugurado em janeiro de 2009, é responsável por diversos projetos à distância, incluindo a organização de teleconferências e teleassistências. É neste Laboratório que está instalado o núcleo do Estado do Rio de Janeiro do Programa Telessaúde Brasil⁸, cujo objetivo é desenvolver ações de apoio à Assistência à Saúde e sobretudo, de educação permanente de Saúde da Família, cabendo aos núcleos a coordenação e implantação do Programa nos seus Estados. Os núcleos constituem a Rede Telessaúde Brasil, responsável pelo desenvolvimento contínuo à distância dos profissionais das equipes de Saúde da Família. Um desdobramento da EAD é o trabalho de segunda opinião formativa que auxilia nos diagnósticos mais difíceis, através do auxílio de outros profissionais que fazem parte da Rede (RENDEIRO *et al.*, 2009).

6 <http://uab.capes.gov.br> .

7 <http://www.telessaude.uerj.br>

8 <http://www.telessaudebrasil.org.br/>

A Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNASUS)⁹ é um dos outros projetos vinculados ao Telessaúde UERJ. Instituída em junho de 2008, “visa a criar condições para o funcionamento de uma rede colaborativa de instituições acadêmicas, serviços de saúde e gestão do SUS, destinada a atender as necessidades de formação e educação permanente do SUS”, incluindo o uso de EAD para minimizar a necessidade de deslocamento do trabalhador.

Apesar de existirem diversas atividades de EAD já implantadas com sucesso na UERJ, estas não são bem conhecidas e divulgadas institucionalmente. Com base nessa percepção, no final de 2011, a equipe da Cated buscou mapeá-las através do questionário “Diagnóstico Situacional”, enviado por *e-mail* aos professores das unidades acadêmicas. Os resultados obtidos mostraram que o conteúdo teórico *online* disponibilizado pelos professores dos cursos de graduação é, essencialmente, utilizado como apoio complementar à carga horária das disciplinas dos cursos presenciais.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UERJ: PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Todas as ações de EAD da UERJ devem possuir o reconhecido padrão de qualidade já oferecido nos cursos presenciais, devendo ser alvo de avaliação permanente, em equidade com o tratamento dispensado aos cursos presenciais de graduação, pós-graduação e extensão, inclusive no que diz respeito à gratuidade.

Presentemente, são três os documentos que regulam a EAD na universidade: as deliberações n^{os} 005/01, 034/01 e 010/03. Esses documentos foram consolidados em uma deliberação única que se encontra atualmente em fase de tramitação pelas instâncias deliberativas da Universidade. Essencialmente, esses documentos estabelecem os pressupostos para a oferta de cursos utilizando a modalidade à distância na universidade, com base no entendimento

9 www.unasus.gov.br

de que todas as ações da instituição que envolvam a EAD, quer de iniciativa isolada de suas unidades acadêmicas, quer implantadas em parcerias, convênios ou consórcio com outras instituições, obedecerão aos mesmos princípios utilizados nos cursos presenciais, até mesmo no que se refere aos procedimentos adotados para criação e aprovação de novos cursos. Assim, os projetos de cursos na modalidade EAD devem ser encaminhados ao Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CSEPE), após analisados e aprovados nos segmentos institucionais cabíveis (conselhos departamentais das unidades envolvidas, câmaras técnicas etc.).

Para garantir a qualidade dessas ações, é destacada a necessidade de utilização de material didático formulado em diferentes mídias — de acordo com o perfil do trabalho desenvolvido — privilegiando-se as que busquem maior interatividade e que envolvam inovações tecnológicas. O professor responsável pela disciplina oferecida na modalidade EAD deverá contar com uma equipe de monitores, de acordo com o número de alunos por turma; o material acadêmico — composto pelo plano de disciplina e pelo material didático-pedagógico — deverá estar totalmente preparado antes da oferta da disciplina, de forma que o aluno o receba integralmente no início de sua realização, e a unidade acadêmica deverá garantir uma estrutura mínima de apoio ao estudante, como sala e horários para atendimento, além de laboratórios dotados de infraestrutura técnica e administrativa, inclusive os de informática, no caso de utilização de ambiente virtual.

AS EXPERIÊNCIAS DA UERJ EM CURSOS DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA

A partir de agosto de 2003, a UERJ começou a oferecer, através da sua participação no Consórcio Cederj, o curso de *Pedagogia para as séries iniciais*, na modalidade semipresencial, em diferentes polos de apoio presencial situados no interior do Estado — Petrópolis, Paracambi, Nova Friburgo, São Pedro da

Aldeia —, e no próprio município do Rio de Janeiro (Polo Maracanã). Esse se configura como um curso de formação continuada com duração mínima de três anos. Foi criado para atender à Lei de Diretrizes e Bases, que exige que todos os professores sejam habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço (BRASIL, 1996). Ele serviu a profissionais que fizeram o curso de formação de professores em nível médio (antigo curso normal), sendo que a última turma a ingressar prestou vestibular no 2º semestre de 2007. Já foram formados mais de 800 alunos com a habilitação para as séries iniciais e 317 ainda estão completando seus estudos.

A partir do 1º semestre de 2008, passou a ser oferecido o curso de *Licenciatura em Pedagogia*, com duração de quatro anos e aberto a todos os candidatos que tenham concluído o ensino médio ou curso equivalente. Atualmente, este último curso é oferecido em onze polos de apoio presencial — Angra dos Reis, Belford Roxo, Itaguaí, Magé, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Resende, São Pedro da Aldeia e Rocinha (substituto ao polo Maracanã) — e conta com 3.003 alunos matriculados.

As atividades do curso de *Licenciatura em Ciências Biológicas* foram iniciadas em 2006, no polo de apoio presencial de Nova Friburgo. Atualmente, esse curso é oferecido também nos polos de Resende, Paracambi e Magé, somando, em 2012, 1.032 alunos matriculados. O fluxograma do curso prevê sua conclusão em cinco anos e dos treze concluintes, alunos dos polos de Nova Friburgo e Paracambi, todos integralizaram nesse prazo. O acompanhamento da vida profissional desses egressos reforça a importância da EAD, talvez como um dos principais programas de interiorização da Universidade, e reafirma que o grande objetivo está sendo alcançado. Esses recém-formados já estão trabalhando em suas regiões. Todos participaram de concursos públicos para professores da rede pública na Região Serrana e/ou para tutores presenciais do Consórcio Cederj, com excelente desempenho, sendo classificados nos primeiros lugares. Além disso, alguns já estão também vinculados a programas

de pós-graduação, em instituições públicas. Em âmbito nacional, em março de 2012, o curso foi escolhido pelas Diretorias de Educação Básica (DEB) e de Educação à Distância (DED) da CAPES para estudos que objetivam sistematizar referências de qualidade para outros cursos de licenciatura presenciais e à distância.

No momento, também no âmbito do Consórcio Cederj, a UERJ está preparando o curso de Licenciatura em Geografia para ser oferecido a partir do 1º semestre de 2013 e pretende participar da criação do Curso de Ciências Contábeis, em parceria com outras universidades consorciadas. A estrutura dos cursos requer coordenações específicas nas unidades responsáveis (Faculdade de Educação, Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes e Instituto de Geografia) que gerenciam ainda o núcleo de atendimento à distância, também chamado sala de tutoria. Neste espaço, atuam profissionais devidamente qualificados nas suas áreas de formação que são responsáveis pelo atendimento aos estudantes via internet (plataforma virtual do Cederj) ou através do telefone (0800). São os chamados tutores à distância, que além de esclarecer as dúvidas de conteúdo, orientam e incentivam os alunos na superação das dificuldades inerentes ao processo ensino-aprendizagem nessa modalidade. Os coordenadores das disciplinas são professores dos diferentes departamentos da universidade que atuam também nos cursos presenciais. A eles cabe toda a organização pedagógica, a elaboração das atividades avaliativas — presenciais e à distância —, bem como a capacitação dos tutores à distância e dos tutores presenciais que atuam nos diversos polos. O material didático utilizado é especialmente elaborado para a modalidade à distância, sendo criado com o auxílio de equipe especializada de apoio que se concentra na Fundação Cecierj. Acreditamos que a implantação desses cursos trouxe grandes mudanças para os municípios atendidos no que se refere à ampliação de acesso ao Ensino Superior gratuito e de qualidade. O entendimento de como esses cursos afetam as comunidades locais e, em especial, de que maneira a atuação dos egressos

é modificada com relação ao seu fazer pedagógico, podem trazer informações importantes acerca do processo educacional em EAD, como bem apontam os trabalhos de Lacerda (2010a) e Lacerda e Branquinho (2009). Com mais dois cursos em EAD, a UERJ amplia sua missão e participa não apenas na melhoria da Educação, mas também colabora para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Sobre essa temática, Waldhelm e Mury (2010) realizaram, no 2º semestre de 2009, um estudo exploratório com estudantes concluintes do curso de Pedagogia para as séries iniciais da UERJ, oferecido no polo de Nova Friburgo, cujo objetivo foi compreender o impacto do oferecimento de cursos de graduação na modalidade semipresencial a partir da percepção dos próprios estudantes. Ao perguntar sobre os motivos da escolha do curso, 51,9% dos que responderam indicaram a qualidade como motivo principal. A gratuidade do curso foi indicada como fator preponderante para apenas um dos respondentes, embora tenha sido apontada como o maior facilitador para seu desenvolvimento (44,4%), seguida da facilidade de não precisar ir às aulas (29,6%). Ao serem questionados sobre a EAD, 40,7 % dos estudantes que participaram do estudo afirmaram que se o polo não existisse no município, procurariam um outro curso à distância para cursar Pedagogia.

Ainda, sobre as percepções da EAD, as autoras apontam:

(...) 96,3% dos respondentes entendem que **a educação à distância é um elemento de democratização do ensino superior e, ainda, que essa modalidade de ensino oferece cursos de qualidade**. Para esses sujeitos, a principal contribuição do curso está na formação de profissionais capacitados, cujo investimento num curso de qualidade acadêmica será refletido na atuação docente e, conseqüentemente, na aprendizagem dos próprios alunos. Eles indicam, ainda, que o curso atende plenamente às exigências de formação para a profissão, preparando-

-os de forma tão qualificada quanto aqueles oferecidos na modalidade presencial, oferecendo, assim, para 88,9% dos respondentes, uma boa solução para a formação docente de qualidade, principalmente nos municípios do interior. (WALDHELM e MURY, 2010, p. 22. Grifo nosso).

Essas experiências contribuem para consolidar o compromisso da universidade com a interiorização e expansão do Ensino Superior, gratuito e de qualidade.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UERJ: DESAFIOS

A EAD constitui-se em uma iniciativa fundamental para a interiorização do Ensino Superior. Além disso, a metodologia à distância, com o uso das TICs, funciona como forma de aproximar a linguagem dos educadores (que usam as tecnologias) da linguagem dos alunos (que cresceram com as tecnologias), convergindo para a sabedoria digital — uma consequência da expansão das fronteiras do conhecimento. A bagagem instrucional trazida pela EAD pode contribuir para tornar a sabedoria digital uma prática. Educadores são digitalmente sábios quando se colocam no papel de orientadores, indicando caminhos, norteando reflexões, avaliando o comprometimento dos alunos (ASSIS, 2010).

O público da UERJ é muito ligado às novas tecnologias; a universidade registra um crescente acesso a seu conteúdo por meio de *tablets* e *smartphones*. Mais de 90% dos candidatos ao vestibular têm idades entre 17 e 23 anos¹⁰. Desenvolver recursos educacionais interessantes para esse público é um dos grandes desafios de uma universidade que quer manter o padrão de qualidade e ser reconhecida como uma instituição inovadora.

Os resultados obtidos no questionário “Diagnóstico Situacional”, respondido por cerca de 20% do corpo docente da UERJ, mostram que ainda há muito

¹⁰ <http://www.mobiletime.com.br/16/04/2012/uerj-lanca-app-para-vestibulandos/273257/news.aspx>

a se fazer no sentido de inserir as TICs na prática docente cotidiana e na ampliação de iniciativas de EAD.

Em 2011, a UERJ foi contemplada pelo Edital CAPES “Fomento ao Uso das Tecnologias de Comunicação e Informação nos Cursos de Graduação”, cujo objetivo básico é “incentivar a integração e a convergência entre as modalidades de educação presencial e à distância”¹¹, utilizando as TICs. Gerenciados pelo LATIC, os recursos obtidos estão sendo aplicados nas linhas de capacitação de recursos humanos; produção de conteúdos educacionais e materiais didáticos e na oferta de disciplinas com uso de TICs para cursos de graduação presencial. Inicialmente, as duas primeiras linhas contemplarão 17 disciplinas presenciais dos cursos de graduação, oferecidas por dez unidades acadêmicas. Já as ações de capacitação de recursos humanos atenderão aos docentes de toda Universidade.

Com isso, pretende-se cumprir os objetivos do edital, favorecendo a institucionalização de métodos e práticas de ensino-aprendizagem inovadores e, ainda, criar e/ou incrementar uma cultura acadêmica de utilização de recursos tecnológicos avançados.

Faz-se necessário, ainda, ações para que as diversas atividades de EAD já implantadas com sucesso na UERJ sejam divulgadas institucionalmente. Por outro lado, as ações que não lograram êxito, devem ser entendidas, contribuindo para a aprendizagem coletiva. A troca de experiências é fundamental para o sucesso e para ajudar a superar o preconceito existente com a EAD entre as comunidades interna e externa.

No que se refere à atuação da UERJ no Consórcio Cederj, algumas dificuldades para a inserção plena dos estudantes dos cursos EAD na Universidade já foram superadas com o oferecimento para os alunos dessa modalidade de bolsas de iniciação científica, estágio interno complementar e iniciação à docência, como as disponibilizadas aos alunos dos cursos presenciais. Entretanto, outras

¹¹ <http://www.capes.gov.br/editais/abertos/3666-fomento-ao-uso-das-tecnologias-de-comunicacao-e-informacao-nos-cursos-de-graduacao>

ainda estão para serem vencidas, como o não atendimento às necessidades dos alunos cotistas através das bolsas-auxílio, o não fornecimento da carteira de estudante e a não possibilidade de participação dos alunos EAD nas eleições da universidade. Entraves acadêmico-administrativos no gerenciamento interno desses alunos, verificados através das análises e discussões sobre as dificuldades de adequação e comunicação entre os sistemas acadêmicos da UERJ e da Fundação Cecierj, vêm sendo contornados. No entanto, barreiras precisam ser derrubadas para que após a matrícula, realizada pelo Cederj, os estudantes sejam incorporados ao sistema acadêmico da UERJ e, desde então, reconhecidos e acompanhados como uerjianos e não cognominados “alunos cederj”. O Cederj não é uma instituição de ensino; presta-se ao papel de gerenciador administrativo e acadêmico dos diversos cursos a distância oferecidos pelas consorciadas. É o ponto de conversão das universidades para assuntos EAD, no qual todas são iguais, guardando suas especificidades e sua autonomia.

CONCLUSÃO

Fazer uma EAD de qualidade é um processo que demanda investimentos, dedicação e participação ativa de pessoal qualificado e que queira realmente construir da forma correta e, para isso, a UERJ parece ainda não estar totalmente estruturada. Entretanto, iniciativas como o Telessaúde, o Lampada e os projetos desenvolvidos pelo Latic demonstram que, apesar do preconceito, o qual entendemos como consequência do desconhecimento, e do medo de investir no diferente e no inovador, é possível vencer o desafio de continuar expandindo a EAD na universidade. Somente dessa forma, a UERJ continuará trabalhando no sentido de construir e integrar iniciativas pedagógicas inovadoras à sua prática educativa cotidiana, de modo que esta possa acompanhar a tendência contemporânea de convivência pedagógica frutífera das modalidades de ensino presencial e à distância.

BIBLIOGRAFIA

1. MEC. Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/index.php>, consultado em 14/05/2012.
2. <http://www.todospelaeducacao.org.br>, consultado em 14/05/2012.
3. SOUZA, H. M. M. R.; MENEZES, L. M. A Evolução da EAD na graduação, no país e na UERJ. In: BRUNO, M.; RITTO, A. (Org.). Educação a Distância: flexibilidades e paradigmas. Rio de Janeiro: PoD, p.11-19, 2010.
4. INEP.- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. <http://www.inep.gov.br>, consultado em 14/05/2012.
5. MORAN, J. M. . Avaliação do Ensino Superior a Distância no Brasil. 2007. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/avaliacao.htm>. Acesso em: 14 maio 2012.
6. Portaria MEC n.º 2253 de 18 de outubro de 2001.
7. Portaria MEC n.º 4.059 de 10 de dezembro de 2004.
8. THEES, A. Educação a Distância: Alcance, Dimensão e Impacto. Educação Brasileira – EaD – Julho/2010. Disponível em: <http://www.sjt.com.br/tecnico/>

gestao/arquivosportal/file/EAD%20MEC.pdf . Acesso em: 14 maio 2012.

9. ESTEVES, A. P.; OLIVEIRA, G. D. (Org.). Educação à Distância: experiências universitárias. Rio de Janeiro: UERJ, Centro de Tecnologia Educacional, 2001.
10. RENDEIRO, M. M. P.; MONTEIRO, A.; TABORDA, M.; SOUZA, M. I. C.; BASTOS, L. F. A Teleodontologia no Estado do Rio de Janeiro. IJD, International Journal of Dentistry, ISSN: 1806-146X, Recife, 8(Supl 1): 1-21 Resumos da 44^a. Reunião ABENO, 2009.
11. BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-841.
12. LACERDA, F. K. D. Relatando experiências em EAD: o caso do Polo de Nova Friburgo. In: BRUNO, M.; RITTO, A. (Org.). Educação a Distância: flexibilidades e paradigmas. Rio de Janeiro: PoD, p. 145-170.
13. LACERDA, F. K. D.; BRANQUINHO, F. T. B. As concepções de meio ambiente e saúde de graduandos de um curso semipresencial de formação de professores. Anais do IV SIMA, Simpósio Internacional de Meio Ambiente, Rio de Janeiro, jul. 2009. p. 243-246.
14. WALDHELM, A. P. S.; MURY, R. C. X. EaD na formação de professores: um estudo experimental no Polo de Nova Friburgo. Anais do XV ENDIPE, Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, Belo Horizonte, 2010. p. 14-26.
15. ASSIS, P. S. A EAD e o caminho da sabedoria digital. In: BRUNO, M.; RITTO, A. (Org.) Educação a Distância: flexibilidades e paradigmas. Rio de Janeiro: PoD, p.45-56, 2010.